

## ***O PECADO EM MEMÓRIA: ESTUDO LEXICOGRÁFICO DE UM TEXTO DE 1521***

Lisana Rodrigues Trindade SAMPAIO<sup>1</sup>  
Cemary Correia DE SOUSA<sup>2</sup>  
Américo Venâncio Lopes MACHADO FILHO<sup>3</sup>

### ***1. O pecado original***

O caráter normativo e opressor dos documentos moralizantes, produzidos pela Igreja ao longo da história, tem há muito ecoado através da voz dos mesmos grupos dominantes, como o dos *barões doutos* a que se refere João de Barros (1540), na sua *gramática*, isto é, aqueles que sempre detiveram o poder sobre as massas e que cunharam, sob o alegado signo da bondade, as regras e disfarces que deveriam conduzir o comportamento social e linguístico durante eras.

Na Europa ocidental, durante a Idade Média, a Igreja era a instituição mais poderosa e, comprovadamente, uma das mais importantes, já que podia operar sobre os medos que ela própria forjava durante o processo de disseminação dos valores da doutrina cristã. No campo das ideias, o estímulo ao desprezo da vida terrena e o ensino dos preceitos da fé, administrado por frades e monges, garantiram a submissão, a obediência cega dos povos. *Unidos em um só corpo*, Igreja e autoridade civil desempenhavam a mesma função.

O historiador Oliveira Marques (1964), ao descrever a *sociedade medieval portuguesa*, registrou que o “papel que a religião desempenhava na maneira de viver do homem medieval era bem mais relevante do que hoje”, pois a “explicação, por forças ocultas, da maioria dos actos que presidem à existência humana, resultava como sucedâneo da ignorância científica” e, assim, “o cristianismo preenchia o mundo, do seu

---

1 Do CAPES-UFBA/GRUPO NÊMESIS; zanasampaio@gmail.com

2 IC-CNPq-UFBA /GRUPO NÊMESIS; cemarycorreia@bol.com.br

3 Pq-UFBA/GRUPO NÊMESIS; americo.venancio@pq.cnpq.br

início ao seu final destino. Havia também de preencher a vida de cada homem, de presidir ao seu nascimento, ao seu crescimento e à sua morte” (Marques, 1964, p. 163).

Todos pareciam se submeter aos ritos da Igreja, às prescrições de comportamentos de todas as ordens, aos seus julgamentos e sentenças, o que se pode constatar se se recorrer ao espólio sobrevivente à ação corrosiva do tempo. Dentre esses textos, podem-se citar, em língua portuguesa, os quatro manuscritos em português dos *Diálogos de São Gregório*, editados por Mattos e Silva (1971) e por Machado Filho (2008), um *Flos Sanctorum* do século XIV, editado por Machado Filho (2009), o *Livro dos Usos da Ordem de Cister*, do início do século XV, editado por Sampaio (2013), o *Tratado de confissão*, impresso do final do século XV, editado por Sousa (no prelo), o *Breue memorial dos pecados e cousas que pertencẽ ha cõfissã*, impresso do início do século XVI, editado por Nascimento (2010).

Todas essas produções textuais, que servem apenas de exemplo, já que a lista completa seria desnecessária aqui,<sup>4</sup> tinham o claro intuito de reforçar os ideais religiosos e a submissão à autoridade eclesiástica, prescrevendo e descrevendo as condutas a fim de instruir os homens para que não “condenassem” suas almas. Dessa forma, investigar esse legado é uma tarefa muito profícua no empreendimento de reconstituição da história da língua portuguesa, da cultura e dos movimentos sociorreligiosos que, a si, se relacionavam.

Conhecendo-se bem o processo de edição dos documentos desse período, os critérios editoriais adotados, os objetivos do editor, o público a que estava destinada a edição e as características próprias do texto, é possível elaborar estudos de diversa ordem, pois a edição elaborada com rigor filológico resultará em uma fonte de informação social, histórica, linguística e cultural de um determinado povo em uma determinada época, permitindo que, "à vista desarmada", conforme afirma Castro (1973, p. 05), se possa aproximar dos textos medievais e de seus conteúdos.

Partindo desse princípio e de que o registro “do léxico de um dado período [possibilita] a apreensão de sua história modelada pela dinâmica das comunidades linguísticas em seus processos de socialização” (Machado Filho, 2003, p. 02), procurou-se verificar como a ideia de *pecado* se manifestava lexicalmente na Idade Média portuguesa.

---

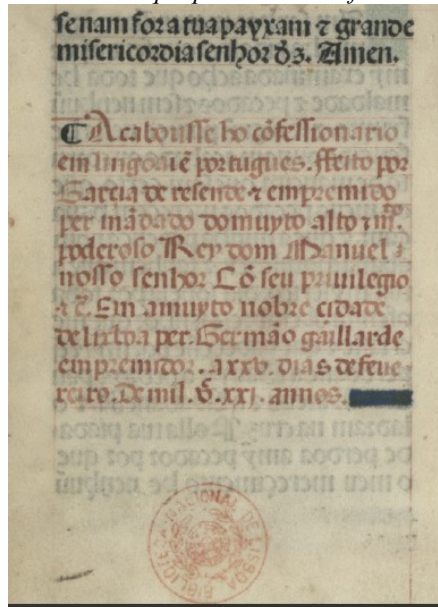
4 Sobre isso se pode consultar Mattos e Silva (2003).

Das obras citadas, optou-se por circunscrever esta pesquisa ao *Breue memorial dos pecados e cousas que pertence(m) ha cõfissã*, precisamente aos pecados considerados mortais, utilizando-se para isso não apenas a edição de Nascimento (2010), mas, ainda, o *fac-símile* da publicação original de 1521.

A escolha desse texto coaduna com o que defendia Mattos e Silva (2008, p. 09) para a realização de pesquisas em Linguística Histórica, isto é, o material a ser observado deve ser datado (datável) e localizado (localizável), no sentido em que se possa com propriedade observar traços de variação e mudança.

O *Breve Memorial* adequa-se a essa perspectiva em função de suas características *ex-libris* estarem patentes no *corpus*. Se se observar a figura 1, verifica-se que dados da autoria, função e o momento de elaboração estão todos registrados:

Figura 01- Características *ex-libris* do *Breue memorial dos pecados e cousas que pertencẽ ha cõfissã*



Fonte: <http://purl.pt/109>

Na figura 01, lê-se:

*Acabou se ho cõfessionario em lingoaiẽ portugues. ffeito por Garcia de resende e empremido per mädado do muyto alto e muito poderoso Rey dom Manuel nosso senhor Cõ seu priuilegio e cetera. Em a muyto noble cidade de lixboa per Germão gaillarde empremidor. a XXV. dias de feuereiro. De mil. v. XXI. Anos.*

Ademais, uma observação prévia de todo o conteúdo indicou uma proliferação de elementos lexicais relacionados à ideia de pecado que se pretende observar. Atentou-se também para o fato de que para além do valor linguístico, a obra resendiana,

elaborada a mando do rei avisino, D. Manuel, e impressa por Germão Galharde, insere-se no rol dos importantes documentos para estudos filológicos e paleográficos.

## **2. *Pecados e cousas que pertecem ha cõfissã***

Dentre os comportamentos impostos pela doutrinação cristã, o ato da confissão, altamente recomendado no século XIII, durante o 4º Concílio de Latrão (1215), foi incentivado como uma forma de expurgação dos pecados e, conseqüentemente, regeneração do indivíduo perante à sociedade e à Igreja. Sobre a prática da confissão, Michel Foucault (1988), no seu livro *História da sexualidade: a vontade de saber*, esclarece:

Confessa-se – ou se é forçado a confessar. Quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida; desencavam-na na alma ou arrancam-na ao corpo. A partir da Idade Média, a tortura a acompanha como uma sombra, e a sustenta quando ela se esquiva: gêmeos sinistros. Tanto a ternura mais desarmada quanto os mais sangrentos poderes têm necessidade de confissões. O homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente (Foucault, 1988, p. 59).

O ocidente se tornou, para o referido autor, uma sociedade “singularmente confessanda”, sobretudo na Idade Média. Nesse cenário, os tratados e manuais de confissão se converteram em uma estratégia pedagógica para instruir os clérigos e leigos confessores.

Dessa forma, obras como o *Breve Memorial* e outras, como o *Livro de Confissões* (século XIV) ou o *Tratado de Confissão* (século XV), foram confeccionadas durante a Idade Média com a pretensão de

fortalecer a confissão como exercício conduzido pelo pároco confessor, na tentativa de que o fiel consiga com a sua ajuda examinar cada desvio de conduta no passado e possa, paralelamente, memorizar as formas virtuosas de vida para se comportar dignamente nos tempos vindouros (Teodoro, 2012, p. 207).

Lopes (2009) considera que os manuais são documentos didáticos e mostra como seria o processo de confissão

De maneira geral, começando pelo exame de consciência do fiel, o confessor conduz o processo, perguntando ao penitente se incorreu em algum dos sete

pecados capitais, se violou algum dos dez mandamentos, se pecou por algum dos cinco sentidos (e, se a pessoa que se confessa é um padre, acrescenta-se os doze artigos do clero) (Lopes, 2009, p. 349).

Assim, o texto de Garcia de Resende, para quem as questões morais, foram edificadoras de sua visão de mundo, induz o penitente ao rito da confissão, sugerindo logo de início, a oração que deve ser feita antes de adentrar a confissão, na qual se deve suplicar por entendimento, memória e vontade.

Posto em joelhos – posição comum ao âmbito eclesiástico – o confessor, com o rosto baixo e, no caso das mulheres, com o rosto coberto para evitar os escândalos historicamente ligados a qualquer liberdade do gênero, necessita declarar a sua dor e a sua culpa, para que fosse auferida ao seu ato a imagem da sinceridade.

Conforme a fórmula prevista em Lopes (2009), é anunciado no texto que o *memorial* será apresentado em modo de perguntas auto avaliativas, para que o penitente não incorra em algum esquecimento, registrando a consciência moral que devia ser cultivada pelos homens, mancebos, velhos e viúvos no século XVI.

Consta no impresso quinhentista uma parte dedicada aos “dez mandamentos”, aos “doze frutos do espírito”, às “bem-aventuranças” (e a outras informações necessárias à manutenção de um comportamento que fosse aprovado pelas autoridades nos bispados e arcebispados), todas acompanhadas de prescrição e orientação de guarda e (ou) seguimento estritos (Nascimento, 2010). Apresenta ainda os cinco sentidos corporais que ‘provocam pecado’, formalizados como verbos, tais como: *ouvir, ver, apalpar, cheirar, gostar* e os substantivados como *soberba, avareza, luxuria,, ira, gula, inveja, preguiça*, todos mortais.

Sobre esses *tipos de pecados*, o historiador medievalista Jacques Le Goff (1994, p. 159) afirma que se formaram lentamente a partir do século V até o século XII, momento em que os dogmas da Igreja se impunham no imaginário dos homens ocidentais em função da supremacia da instituição religiosa, o que, provavelmente, acarretou a manutenção dos *pecados capitais*.

Destarte, tendo em vista a relevância histórica, linguística e cultural desse documento, produzido no período Renascentista, o presente trabalho visa apresentar um extrato do vocabulário da obra, elaborado de acordo com os pressupostos da lexicografia histórica, com o intuito de contribuir para o trabalho de reconstrução da trajetória da língua portuguesa no período arcaico, objetivo principal do Projeto

*Dicionário Etimológico do Português Arcaico* (Projeto DEPARC), em andamento na Universidade Federal da Bahia, a que se filia.

Nesse sentido, este estudo representa um modesto contributo para as discussões engendradas no âmbito do ensino de língua portuguesa e da constituição do seu léxico, contribuindo assim para uma das frentes de investigação do Grupo Nêmesis: Estudos do Léxico e da História da Língua Portuguesa.

### **3. Para se lembrar de todos os pecados [mortais]**

No processo de investigação e registro do espólio de uma língua em perspectiva histórica, deve-se levar em consideração que, durante toda a Idade Média e mesmo muito tempo do que se considerou de português moderno, a língua portuguesa desconheceu um tratado ortográfico que servisse de condutor das práticas de escrita, tendo sido o primeiro apenas publicado em 1910, por Gonçalves Vianna. Isso equivale dizer que diferentes unidades vocabulares podiam ser grafadas como um único item lexical ou mesmo uma única palavra poderia aparecer no texto dividida em duas ou mais partes, o que demanda especial atenção no tratamento dos dados, sobretudo se se utilizarem programas fragmentadores de textos para geração de listas de palavras.

A partir dessas considerações, fomenta-se a ideia de que a análise e a sistematização do léxico de um momento pretérito não devem ser realizadas senão pela ótica da Lexicografia histórica, que é, conforme apresenta Machado Filho (2012, p. 382),

um campo de pesquisa deveras idiossincrático, já que, diferentemente da lexicografia contemporânea, a conservação da diversidade de usos da escrita, isto é, o pleno registro da variação gráfica, é muito mais requerido naquela do que nesta, passando essa ideia a se configurar como uma das linhas metodológicas norteadoras do trabalho de pesquisa diacrônico do léxico, nomeadamente no que se refere à construção de dicionários históricos da língua, em especial daqueles que objetivem registrar o período que antecede as novas posturas sociais, comportamentais e linguísticas do período renascentista em Portugal.

Norteados por esses pressupostos, o vocabulário elaborado considerou a lematização de todas as formas gráficas, ainda que essas ocorressem uma única vez no

*corpus*, estabelecendo um sistema remissivo bastante complexo, mas de fácil consulta para os interessados em prescrutar o léxico do português arcaico.

A edição de Nascimento (2010) foi processada pelo *Wordsmith 4.0*, com vistas à fragmentação do texto, identificando-se 1514 *tokens*, isto é, signos lematizados, potenciais unidades do léxico para o devido tratamento lexicográfico.

Na Figura 02 abaixo, por exemplo, é possível notar que os conectivos, as preposições, os determinantes representam as unidades mais recorrentes no texto, como seria de esperar. Vejam-se o *E*, linha 1, *OU*, linha 3, *QUE*, linha 5.

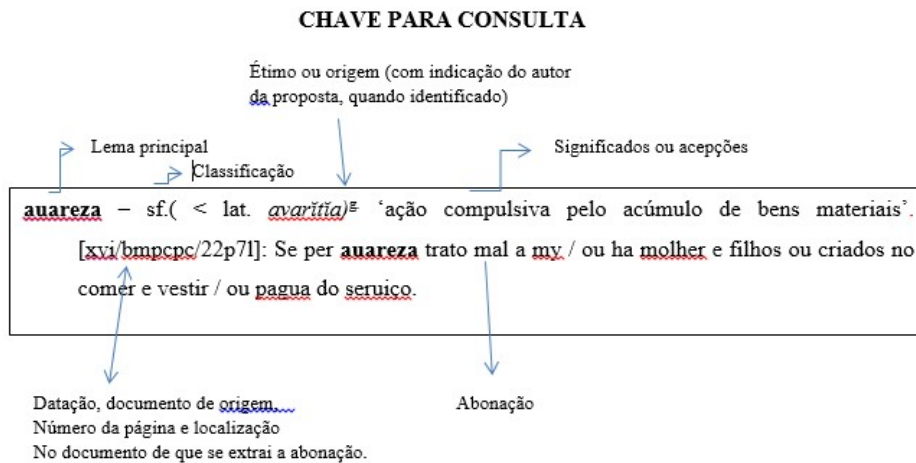
Figura 02: Imagem da *Wordlists* na ordem de frequência

N	word	Freq.	%	Texts	%	Lemmas	Set
1	E	472	8,63	1	100,00		
2	S	233	4,26	1	100,00		
3	OU	189	3,46	1	100,00		
4	#	179	3,27	1	100,00		
5	QUE	168	3,07	1	100,00		
6	A	148	2,71	1	100,00		
7	O	113	2,07	1	100,00		
8	DE	103	1,88	1	100,00		
9	SE	86	1,57	1	100,00		
10	POR	79	1,45	1	100,00		
11	ME	66	1,21	1	100,00		
12	DO	62	1,13	1	100,00		
13	EM	59	1,08	1	100,00		
14	OS	57	1,04	1	100,00		
15	TENHO	56	1,02	1	100,00		
16	SAM	47	0,86	1	100,00		
17	P	44	0,80	1	100,00		
18	AS	39	0,71	1	100,00		
19	NOM	38	0,70	1	100,00		
20	ALGU	34	0,62	1	100,00		
21	HE	34	0,62	1	100,00		
22	COUSAS	32	0,59	1	100,00		
23	DA	28	0,51	1	100,00		
24	DEOS	28	0,51	1	100,00		
25	COM	27	0,49	1	100,00		
26	NÓ	27	0,49	1	100,00		
27	LHE	26	0,48	1	100,00		
28	PARA	26	0,48	1	100,00		
29	TE	25	0,46	1	100,00		
30	FAZER	22	0,40	1	100,00		
31	MAL	22	0,40	1	100,00		
32	TO	22	0,40	1	100,00		
33	CÔ	21	0,38	1	100,00		
34	COMO	21	0,38	1	100,00		
35	MAIS	21	0,38	1	100,00		
36	PER	20	0,37	1	100,00		
37	FIZ	17	0,31	1	100,00		
38	MEU	16	0,29	1	100,00		
39	MINHA	16	0,29	1	100,00		
40	CRER	14	0,26	1	100,00		
41	HA	14	0,26	1	100,00		
42	ALGUM	13	0,24	1	100,00		

Os fundamentos principais considerados para a concepção do vocabulário priorizaram o lema principal e o correspondente registro de variantes, isto é, lemas secundários, a classificação gramatical, o étimo, remissões possíveis, a definição, a abonação, devidamente identificada quanto a página e linha.

A Figura 03, abaixo, que bem exemplifica a configuração da microestrutura do verbete:

Figura 03 - Verbete-chave



A microestrutura, definida como o “conjunto de itens e indicadores”, em que *item* representa “cada uma das informações fornecidas sobre um lema em um verbete” e *indicadores tipográficos* as marcas tipográficas (itálico, negrito, colorido etc) e *não-tipográficos* (sinais, símbolos, parênteses etc), assume a definição com base no contexto, quando possível, podendo, inobstante, incorrer em estratégia de sinonímia.

Como ilustrado na Figura 3,

o lema, deslocado em 1 cm à esquerda, é, em caso de variação gráfica, seguido dos lemas secundários, indicados pelo sinal do til; pela classificação gramatical abreviada por ponto; pela etimologia entre parênteses, a que se apõe a fonte de pesquisa abreviada e em sobrescrito; pela remissão, quando se justifique, indicada por seta e fechada por ponto; pela definição ou definições entre apóstrofos, separadas por ponto-e-vírgula e fechadas por ponto; pela datação, pela indicação do texto de que se extrai a abonação e localização da página, linha ou coluna no original, entre colchetes; e por cada abonação correspondente, com o item em negrito, fechada por ponto final.

As fontes de consulta etimológica – que sucedem a etimologia apresentada no vocabulário – são alçadas ou sobrescritas, em fonte menor, e foram extraídas dos dicionários etimológicos mais conceituados e disponíveis, nominalmente o *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*, de Antonio Geraldo da Cunha (1982); o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, de Antonio Houaiss e Mauro de Salles Villar (2009); o *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, de Antenor Nascentes (1952); e para a consulta dos itens onomásticos, foram utilizados o *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa* (2003), de José Pedro Machado, o *Diccionario de nombres propios*, de Roberto Faure (2002), o *Dictionnaire*



*Etymologique*, de Albert Dauzat (1938), o *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*, de Rosário Mansur Guérios (1981).

Os itens lexicais patentes no *Breve Memorial* possuem, em sua maioria, étimos latinos, a partir dos quais é possível recuperar alguns processos metaplásmicos perscrutando os movimentos da mudança linguística em seu avanço contínuo, lento e gradual e interpretando a constituição histórica da língua portuguesa.

#### **4. Os pecados mortais: os que pertencem à humanidade**

Como forma de controlar os seus fiéis, a Igreja incorporou à sua prática pedagógica a apresentação de pecados graves, hábitos pecaminosos considerados pais de outros vícios, os quais ficaram conhecidos como *os sete pecados capitais*.

A condenação de institutos básicos do homem foi um importante instrumento no exercício do poderio religioso durante a Idade Média. A partir deles foram estabelecidas as sete virtudes: a humildade, generosidade, caridade, mansidão, castidade, temperança, diligência e as sete obras da misericórdia que se resumem em aconselhar, ensinar, castigar, controlar, sofrer, perdoar e rogar.

Como tais práticas *pecaminosas* profanavam as leis divinas apregoadas pelo catolicismo, tais pecados foram considerados mortais e deveriam ser confessados para que houvesse arrependimento. Por isso, no *Breve memorial* essas práticas são descritas detalhadamente a fim de que não se confunda o penitente e considere, a partir do conhecimento dos sentidos corporais que o leva a pecar, apenas o cultivo das *bem-aventuranças* e dos *frutos do espírito*.

Esses pecados são apresentados seguindo a hierarquia determinada pela Igreja, de acordo com a magnitude de cada ato condenável, são eles: a soberba, a avareza, a luxúria, a ira, a gula, a inveja e a preguiça. Tal ordem é mantida na presente explanação, por se tratar de uma informação relevante para a compreensão dos considerados vícios capitais, embora o vocabulário do qual foram extraídos esses itens seja organizado seguindo a ordem alfabética, como já referido.

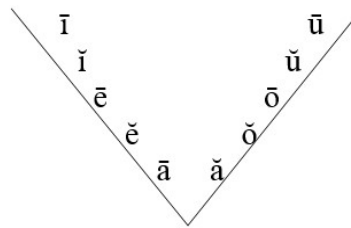
A partir dos registros dos sete pecados capitais no *Vocabulário do Breve Memorial* é possível tecer mais algumas considerações acerca da compreensão e formação desses comportamentos como ilustrado a seguir:

*soberba* – sf. (< lat. *sūpĕrbĭa*)<sup>8</sup> ‘sentimento de auto-exaltação perante outrem’.

[xvi/bmpc/20-9]: Os sete peccados mortaes. O primeiro he *soberba*. Se sam vão glorioso desordenadamēte do que tenho ou do que nō tēho. Se cuydo *que* o que tenho ouue por mynha industria e mereçimēto ou *que* o nō recebi de ninguẽ.

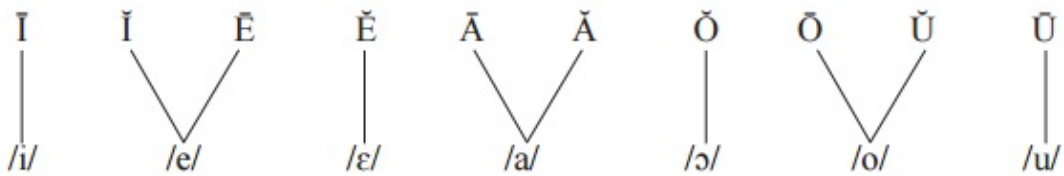
Também definido como ‘a pretensão de superioridade’, a *soberba*, oriunda da forma *sūpĕrbĭa* do latim, passou por diversos metaplasmos até essa forma moderna. Primeiro, pode-se citar as transformações no sistema vocálico, a vogal *u* breve se transforma em *o*; *i* breve se transforma em *e*;

É conhecido que o sistema vocálico clássico latino, constituído por dez vogais, é um sistema quantitativo ou de duração vocálica, que se diferenciavam pelos seguintes traços: 1. Anteriores, centrais ou posteriores; 2. Altas, médias ou baixas e 3. Longas e breves. Como ilustrado a seguir:

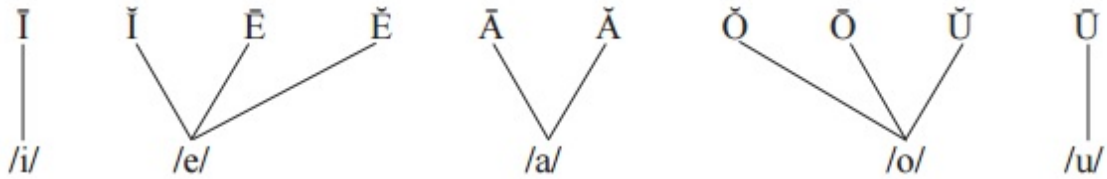


Esse sistema foi sofrendo alterações ao longo do tempo e, quando transplantado para a Península Ibérica, onde se formou a língua portuguesa, passou a ser constituído de sete vogais, não mais dez, pois o traço de quantidade havia desaparecido, permanecendo apenas a distinção da qualidade do timbre: aberto ou fechado (Tarallo, 1995, p.94).

Ocorre então as seguintes transformações em posição tônica:



E em posição átona:



Por estar em posição intervocálica, a consoante surda *p* passa a sua homóloga sonora *b*, o que geralmente ocorria. Assim: *sŭpĕrbĭa* > *soperbia* > *soberba*.

*auareza* – sf. (< lat. *avaritĭa*)<sup>5</sup> ‘ação compulsiva pelo acúmulo de bens materiais’.  
[xvi/bmpc/22-7]: Se per *auareza* trato mal a my ou ha molher e filhos ou criados no comer e vestir ou paga do seruiço.

A *avareza* é o segundo pecado mortal e *para que não seja confundido com outra falta*, o autor caracteriza cuidadosamente o avaro, aquele que não dá do que tem a quem deve e trata mal a si ou a mulher ou aos filhos ou criados, no comer, no vestir ou no pagamento do serviço.

Grafada *auareza*, observa-se que assim como em *auaro*, *deuo*, *seruiço*, o <u> tem valor consonântico equivalente a <v>, consoante inexistente no alfabeto latino, do mesmo modo que a consoante <j> seguida de vogais. Durante o período em que se compreende o português arcaico<sup>5</sup>, o <u> ~ <v> e o <i> ~ <j> eram variantes gráficas quando seguidas de vogais. As letras <v> e <j> não constavam no alfabeto romano e ficaram conhecidas como Letras Ramistas devido à influência do humanista Petrus Ramus na inclusão dessas letras no alfabeto, daí a sua posterior designação de Letras Ramistas. Na passagem do latim para o português, a forma *avaritĭa* passou por uma assibilação, fenômeno de mudança e variação que consiste em transformar um ou mais fonemas em uma sibilante (*t* + vogal *e/i* > *ç* ou *z*), ou seja, em *avaritĭa* > *avarĭza* > *avareza*. O *i* breve (*ĭ*) de *avarĭza* passa a *e* (*avareza*).

*luxuria* – sf. (< lat. *luxurĭa*)<sup>5</sup> ‘comportamento sexual imoderado’. [xvi/bmpc/23-5]: O terceiro he *luxuria*. Fica dito atras no formizio.

<sup>5</sup> Colocar nota sobre o arco temporal e fazer referência a Ana Maria Martins (1999).

*ira* ~ *yra* ~ *hira* – sf. (< lat. *īra*)<sup>g</sup> ‘sentimento negativo e intenso contra alguém’.

[xvi/bmpc/23-7]: O quarto he *Ira*. [xvi/bmpc/23-12]: Se com *yra* a renequey ou pesey ou jurey. Se disse mal alguẽ ou desonras ou lho fiz. [xvi/bmpc/23-9]: Se com *hira* dessejey a morte a mi ou me disse mal se a outrem. Se dey ao diabo o tẽpo dia ou pessoas.

*gula* – sf. (< lat. *gula*)<sup>g</sup> ‘comportamento compulsivo pelo consumo exagerado de comidas e bebidas’.

[xvi/bmpc/24-16]: Se por comer e beber me esqueço de deos ou do que deuo de fazer. Se por *gula* deixo de jejũhar as coresmas e vegílias das festas ou como leyte ou cousas contrairas neste tempo ou tomo nos jejuũs mayores consoadas do que he rezã.

*enueja* – sf. (< lat. *īnvidīa*)<sup>g</sup> ‘sentimento de desgosto e ódio de quem não quer ou não aceita a felicidade, bem-estar ou a prosperidade de outrem’.

[xvi/bmpc/25-16]: Se por *enueja* tenho odio a alguẽ. Se desfaço em algũas pessoas por esta causa. Se por ysso diguo deles mal ou lho faço ou desejo fazer ou lho desejo e me apraz se lho vejo.

O sexto *pecado mortal*, a inveja, grafado *enueia*, como observado na página 25, com a presença das já apresentadas letras ramistas. Observando de maneira mais atenta, pode-se ainda atestar essa origem considerando que houve uma palatalização, fenômeno em que um ou mais fonemas se transformam em uma palatal, comuns quando há d + vogal (e/i). Assim: *īnvidīa* > *enveja*. O i longo (ī) em posição átona passa a i e o i breve (ĭ) passa a ε o que explica então a última forma final inveja.

*preguiça* ~ *preguyça* – sf. (< lat. *pīgrītia*)<sup>m</sup> ‘comportamento inoperante auto-motivado’.

[xvi/bmpc/26-5]: O septimo he *preguiça*. [xvi/bmpc/26-13]: Se por descuydo perdy ou deixey perder algũas cousas. Se por *preguyça* deixo de rezar e ouuir myssa e preguaçã ou me cõfessar.

O último *pecado* apresentado na obra é a preguiça, étimo latino *pīgrītia*. Observando as mudanças que ocorreram se pode confirmar essa informação: *i breve* se transforma em ε. Há nessa transformação um fenômeno denominado *metátese* que consiste na transposição de um fonema dentro de um vocábulo (*pīgrītia* > *preguiça*) e, por fim, a já referida assibilação (t + i/e = c).

***Se estou tão acostumado a pecar que tenho os pecados em pouco***

Na obra *História e memória*, o historiador medieval Jaques Le Goff adverte que o documento não deve ser considerado como um “material bruto, objetivo e inocente” e sim como fonte que “exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro” (Le Goff, 2003, p. 10). Nele, as relações de poder de determinado grupo se evidenciam, podendo ser percebidas através do tempo.

Na investigação da mudança linguística em perspectiva histórica, a análise e sistematização sob a ótica da *lexicografia histórica* dos *corpora* são de grande valia.

Com isso vale reiterar a importância da articulação desses saberes e dos postulados da Lexicografia histórica para a realização da investigação do léxico, esse “vasto universo de limites imprecisos e indefinidos” (Biderman, 2001, p. 179) registrado em no *Breue memorial dos pecados e cousas que pertencẽ ha cõfissã*, um texto de 1521.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Academia Das Ciências De Lisboa. *Dicionário Da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Verbo, 2001.

Barros, João De (1540). *Gramática Da Língua Portuguesa*; Cartinha, Gramática, Diálogo Em Louvor Da Nossa Linguagem E Diálogo Da Viciosa Vergonha. Reprod. Facsim., Leit., Introd. E Anot. Por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Faculdade De Letras, 1971. 482 P.

Castro, Maria Helena Et Al. (1973). *Normas De Transcrição Para Textos Medievais Portugueses*. Boletim De Filologia, Lisboa, N. 12, P. 417-425

Cunha, Antonio Geraldo Da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira Da Língua Portuguesa*. 2. Ed. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

Houaiss, Antônio; Vilar, Mauro De Salles. *Dicionário Houaiss Da Língua Portuguesa*. 1 Ed. Rio De Janeiro: Objetiva, 2001.

Lopes, Bárbara Macagnan. Os Pecados Capitais No *Tratado De Confissom*: A Confissão Auricular Na Península Ibérica Do Século Xv. *Revista Do Corpo Discente Do Programa De Pós-Graduação Em História Da Ufrgs*. Disponível Em: <[Http://Seer.Ufrgs.Br/Index. Php/Aedos/Article/View/9858/5709](http://Seer.Ufrgs.Br/Index.Php/Aedos/Article/View/9858/5709)>. Acesso Em: 18 Jun. 2015.

Machado, José Pedro. *Dicionário Etimológico Da Língua Portuguesa: Com A Mais Antiga Documentação Escrita E Conhecida De Muitos Vocábulos Estudados*. 6 Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. 5v.

Machado Filho, Américo Venâncio Lopes. *Dicionário Etimológico Do Português Arcaico*. Salvador: Edufba, 2013.

\_\_\_\_\_. Breve Incursão Pelo Léxico Medieval Do Português: O Testemunho De Um Manuscrito Trecentista. *Revista Estudos Lingüísticos E Literários*, 29/30: 15-29, 2003.

\_\_\_\_\_. Lexicografia Histórica E Questões De Método. In: Tânia Lobo (Org.). *Rosae: Linguística Histórica, História Das Línguas E Outras Histórias*. Salvador: Edufba, 2012.

Mattos E Silva, Rosa Virgínia. Reconfigurações socioculturais e linguísticas no português de quinhentos em comparação com o período arcaico. In: Mattos E Silva, Rosa Virgínia; Machado Filho, Américo Venâncio Lopes (Orgs.). *O Português Quinhentista: Estudos Lingüísticos*. Salvador: Edufba, 2002.

\_\_\_\_\_. *Caminhos Da Linguística Histórica: Ouvir O Inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.

Nascimento, Hérvickton Israel De Oliveira. *Edição semidiplomática do breve memorial dos pecados e cousas que pertence(M) Há Cõfissã (1521) De Garcia De Resende*. Salvador, 2010. 65p. Trabalho De Conclusão De Curso, Universidade Federal Da Bahia, 2010.

Nietzsche, Friedrich Wilhelm. *Genealogia Da Moral: Uma Polêmica*. (Tradução De Manfred Schröter) São Paulo: Nova Cultural - Coleção Os Pensadores, 1973.

Resende, Garcia De. *Breue Memorial Dos Pecados E Cousas Que Pertence) A Cõfissã*. Disponível Em [Http://Bnd.Bn.Pt/](http://Bnd.Bn.Pt/). Acesso Em 16 De Agosto De 2010.

Sampaio, Lisana Rodrigues Trindade. *Edições Do Livro De Usos Da Ordem De Cister, De 1415*. São Paulo: Nehilp/Fflch/Usp, 2014.

Sousa, Cemary Correia. Edição Do Tratado De Confissão. (No Prelo).

Teodoro, Leandro Alves. *A Função Moral Da Memória Na Prática Da Confissão Penitencial*. Dimensões: Revista De História Da Ufes, V. 28, 2012. P. 205-218.